

# Orçamento só reaparece na quinta-feira

Hélio Franco

O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, deputado Ricardo Fiuza (PFL/PE), prometeu entregar o seu substitutivo ao projeto de lei orçamentária para 1992 na reunião da comissão de hoje pela manhã. "Eu entrego o relatório e nós começamos a votar logo", garantiu ele, ressaltando que a aprovação de seu parecer dependerá da comissão. Mas os membros já anteciparam que exigirão pelo menos 24 horas para examinar o relatório antes de começar a votar, o que poderá fazer com que o Orçamento da União para o próximo ano só seja votado pelo Congresso na quinta-feira.

Enquanto Fiuza prometia finalmente entregar seu relatório, que, pelo prazo previsto, deveria ter sido apresentado na última quarta-feira, tomava ainda mais corpo entre parlamentares de oposição e mesmo do Governo a suposição de que o relator-geral, também líder do bloco governista na Câmara, estivesse se valendo de um expediente para ganhar tempo com vistas a garantir um acordo para o projeto de ajuste fiscal. "Se ele está fazendo isso, lamento, porque a Comissão está perdendo um tempo precioso para examinar criteriosamente o relatório", afirmou o vice-líder do PSDB, Paulo Hartung.

Hartung lembrou que Fiuza, neste domingo, deu sua palavra

JUNIOR BARON



Fiuza com o também líder Humberto Souto: relatório hoje

de que não se repetiriam os mesmos "procedimentos escandalosos" dos anos anteriores, quando o Orçamento da União era votado a toque de caixa. "O relator-geral nos garantiu que a Comissão apreciaria o seu parecer antes dele ser encaminhado ao plenário do Congresso", disse Hartung, concluindo que os parlamentares abriram mão de sete mil destaques, a fim de que Fiuza entregasse seu relatório na quarta passada.

**Créditos** — A Comissão aguardou durante todo o dia de ontem a chegada do relatório de Fiuza e aprovou em reunião mais cinco projetos do Executivo de crédito suplementar, entre eles o que repassa Cr\$ 4,6

trilhões provenientes do excesso de arrecadação de disponibilidades do Tesouro Nacional, para o pagamento da dívida mobiliária e contratual do Governo.

O secretário de Planejamento, Pedro Parente, voltou ontem à Comissão de Orçamento para explicar a necessidade de mudança da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para ele, o conceito de que a LDO é hierarquicamente superior à Lei Orçamentária poderia ser questionado em Justiça. Sua afirmação foi feita a respeito da denúncia de que o Governo está efetuando despesas não autorizadas pela Lei Orçamentária, confirmada por ele mesmo na Comissão, neste domingo.